

Sucessos e insucessos da implementação dos Planos de Bacia Hidrográfica



Planos de Bacia Hidrográfica

Valorização, protecção e gestão equilibrada dos recursos hídricos nacionais, bem como a sua harmonização com o desenvolvimento regional e sectorial através da racionalização dos seus usos.

Plano sectorial que, assentando numa abordagem conjunta e interligada de aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais e envolvendo os agentes económicos e as populações directamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e protecção do ambiente.

A primeira versão dos PBH visou

- **Apresentar um diagnóstico da situação existente nas bacias hidrográficas**
- **Definir os objectivos ambientais de curto, médio e longo prazos**
- **Delinear propostas de medidas e acções**
- **Estabelecer a programação física, financeira e institucional das medidas e acções seleccionadas, tendo em vista a prossecução de uma política coerente, eficaz e consequente de recursos hídricos**
- **Definir normas de orientação com vista ao cumprimento dos objectivos enunciados**

FASE DE ELABORAÇÃO

- Primeira abordagem integrada do planeamento e gestão dos recursos hídricos à escala da bacia hidrográfica e à escala nacional
- Grande desafio que motivou um debate técnico-científico muito enriquecedor
- Alguma heterogeneidade temática (qualidade/quantidade, fontes poluidoras, ecossistemas aquáticos, utilizações da água,...) e geográfica da informação e dados disponíveis
- Envolvimento de quase toda a comunidade científica e técnica ligada aos recursos hídricos e áreas afins (socio-economia, conservação da natureza,...)

FASE DE ELABORAÇÃO

A dimensão da tarefa e o facto de se tratar da primeira geração de Planos levou à necessidade de grande esforço de coordenação e definição de metodologias, com os consequentes desgastes, prolongamento de prazos e alguns custos adicionais

Grande esforço na fase de diagnóstico e maior fragilidade nas fases de propostas que, em última análise, constituem o fim último e mais nobre do processo de Planeamento

Tarefa facilitada para a implementação da Directiva Quadro da Água

FASE DE ELABORAÇÃO

Envolvimento dos utilizadores e entidades/organizações interessados no planeamento e gestão dos recursos hídricos

Falta de cultura de participação no processo de tomada de decisão. Geralmente o envolvimento apenas assume alguma relevância quando ocorrem situações de crise (conflitos de usos, situações extremas - secas ou cheias,....)

O sucesso dos Planos obriga à existências de massa crítica, técnica e financeira, que permita a continua actualização da informação, dados de base, execução/monitorização das acções e medidas

FASE DE ELABORAÇÃO

PBH Ribeiras do Algarve

Com a publicação do D. L. 45/94 de 22 de Fevereiro, que regula o planeamento dos recursos hídricos foi criada uma equipa na ex: DRARN – Algarve, com cerca de 12 pessoas, visando a elaboração do PBHRA

Trabalhos de caracterização e diagnóstico

Sistematização da informação

Investimento em SIG

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO - INSUCESSOS

Quase total desconhecimento dos Planos de Bacia Hidrográfica, sendo poucos os autarcas e os principais utilizadores que dizem conhecê-los.

Fraca participação dos principais utilizadores nos Concelhos de Bacia.

Deficiente (ou mesmo ausência) de harmonização dos PBH e do PNA, com outros instrumentos de Ordenamento do Território (ex. PMOT), com inerentes reflexos na sua operacionalidade.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO - INSUCESSOS

Falta de concretização de acções de acompanhamento e de avaliação da implementação dos PBH e do PNA, nomeadamente pela elaboração do Relatório anual de progresso previsto.

Os planos são instrumentos dinâmicos que carecem de actualização contínua quer no que respeita à inventariação e caracterização, quer ao nível dos programas de medidas que neles se encontram contemplados.

Muitos dos projectos identificados nos PBH, não foram concretizados, em particular os projectos cuja competência foi atribuída às CCDR. Este facto está relacionado com a inexistência de uma estrutura vocacionada para o planeamento de recursos hídricos, não tendo sido mobilizados os necessários recursos humanos e materiais para prosseguir com a implementação dos PBH.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO - INSUCESSOS

A análise económica e financeira contida nos PBH, e respeitante à sua execução, não equacionou adequadamente as questões associadas ao financiamento e ao auto financiamento, tanto para o primeiro investimento, como para a fase de exploração e manutenção.

A não implementação do regime económico e financeiro não permitiu arrecadar receitas que pudessem suportar a melhoria dos meios técnicos e financeiros a aplicar no planeamento e gestão dos recursos hídricos.

Atraso na concretização de um novo modelo institucional de gestão e administração dos Recursos Hídricos, adaptada ao novo modelo proposto nos Planos de Bacia Hidrográfica aprovados e na DQA

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO - SUCESSOS

Apesar das lacunas identificadas foram concretizadas várias acções previstas nos PBH que já tinham outro enquadramento, quer ao nível da execução de infra-estruturas de saneamento básico (PEAASAR), quer ao nível da monitorização dos recursos hídricos, licenciamentos das utilizações do Recursos Hídricos (cumprimento de Directivas Comunitárias)

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO - SUCESSOS

Aumento da sensibilização para a importância do Planeamento e da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e reconhecimento da *Água* como um valor ecológico e social.

Compilação e sistematização de uma vasta informação de diferentes origens, no domínio dos Recursos Hídricos, permitindo a sua disponibilização para diferentes utilizadores (Administração, particulares, comunidade científica, etc.).

Diagnóstico da situação dos recursos hídricos por bacias hidrográficas, permitindo identificar os principais problemas e as causas respectivas.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO - SUCESSOS

Identificação dos projectos nas várias vertentes da gestão dos recursos hídricos (águas residuais, controlo de cheias, prevenção de secas e de acidentes de poluição, reforço e reabilitação de sistemas de rega e de abastecimento de água) permitindo enquadrar a sua concretização.

Caracterização ao nível dos ecossistemas aquáticos constituindo um passo importante no enquadramento da DQA

Promoção de uma nova visão de respeito pelos corredores ribeirinhos – ao nível de PMOT, EIA, etc.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO - SUCESSOS

Disponibilização, nas CCDR, de instrumentos de apoio à decisão (sobretudo no que concerne ao processo de licenciamento em Domínio Hídrico), em particular, pelo reforço dos Sistemas de Informação Geográfica que fazem parte integrante dos planos

Normas orientadoras que permitem enquadrar decisões ao nível da gestão dos recursos hídricos, ex:

- ✓Obrigatoriedade de uso de águas residuais tratadas, sempre que tecnicamente possível, para a rega de campos de golfe**
- ✓Identificação de áreas críticas à exploração de águas subterrâneas e identificação da necessidade de serem adoptadas medidas que visem a sua correcção**

Balanço

As acções de sucesso dependeram da dinâmica e da prioridade dada à gestão/planeamento dos recursos hídricos por parte dos serviços, associadas às carências de recursos humanos e financeiros

DESAFIOS FUTUROS

Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro

Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Artigo 3º

Princípios

1. ...

2. A região hidrográfica é a unidade principal de planeamento e gestão das águas, tendo por base a bacia hidrográfica.

Conselho Nacional da Água	→	Conselho Nacional da Água
Conselho de Bacia Hidrográfica	→	Conselho de Região Hidrográfica
Plano Nacional da Água	→	Plano Nacional da Água (primeira revisão do actual Plano Nacional da Água ocorrer até final de 2010)
Plano de Bacia Hidrográfica	→	Os planos de gestão de bacia hidrográfica (de âmbito territorial, que abrangem as bacias hidrográficas integradas numa região hidrográfica)
...	→	Planos específicos de gestão de águas (que são complementares dos planos de gestão de bacia hidrográfica e que podem ser de âmbito territorial, abrangendo uma sub-bacia ou uma área geográfica específica, ou de âmbito sectorial, abrangendo um problema, tipo de água, aspecto específico ou sector de actividade económica com interacção significativa com as águas)

Autoridade da Água (INAG)

Elaboração do Plano Nacional da Água

Aprovação dos Planos Específicos de Gestão de Águas e dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica.

Administração de Região Hidrográfica (ARH)

Elaboração e execução dos Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas e os Planos Específicos de Gestão de Águas